



Carta aberta aos Presidenciaíveis e candidatos ao Parlamento Federal

A tuberculose é um grave problema de saúde pública em nosso país. A doença tem forte determinação social, sendo influenciada pela pobreza e pela falta de acesso à saúde, moradia, alimentação, dentre outras condições de vida. Populações mais vulneráveis têm mais risco de adoecer por tuberculose ou mesmo de morrer pela doença, por procurar tardiamente o serviço de saúde e/ou abandonar o tratamento, além disso, ainda a doença produz mais empobrecimento aos doentes e às suas famílias, em função dos custos nela envolvidos.

Os dados da tuberculose no Brasil seguem alarmantes, especialmente devido à crise sanitária e social instalada a partir da pandemia de covid-19. A doença afetou cerca de 90 mil brasileiros, sendo 70 mil casos novos diagnosticados a cada ano, em média. O número de mortes também é impactante - foram cerca de 4,7 mil óbitos apenas no ano de 2021.

O Brasil tem papel relevante nos índices de tuberculose e no seu enfrentamento na região das Américas e, embora algumas características comuns à região, como alto índice de urbanização, grande desigualdade social e diversidade étnica e cultural, outras ajudam a compreender a capacidade limitada da resposta brasileira.

Todos os dias morrem mais de 70 pessoas e cerca de 800 adoecem de tuberculose nas Américas. Estima-se que, em 2020, havia 18,3 mil crianças com essa doença nas Américas, metade delas com menos de cinco anos de idade.

Em nosso país, o número de diagnósticos caiu em decorrência da pandemia e são necessários esforços para que seja possível retomar plenamente as ações de controle da tuberculose nos estados e municípios e, assim, vislumbrar um país livre da tuberculose.

Essa visão de um mundo livre da doença está posta na Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e nas estratégias da Organização Mundial de Saúde. O Brasil assumiu o compromisso de eliminar a tuberculose como problema de saúde pública e a resposta nacional será monitorada na Reunião de Alto Nível sobre Tuberculose, evento paralelo à Assembleia Geral da ONU, a ser realizado em 2023.

O país possui um Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose, lançado em 2017 e atualizado em 2021. O documento foi pactuado na Comissão Intergestores Tripartite, o que denota a responsabilidade dos 3 entes federados com o enfrentamento da doença e com o alcance de suas metas. A relevância da articulação com o legislativo e com outros parceiros essenciais - como a academia e a sociedade civil organizada - estão objetivamente descritos no plano.

A Rede Brasileira de Comitês para o Controle da Tuberculose é uma das principais iniciativas de atuação conjunta entre gestão e sociedade civil no enfrentamento da doença no país. Fundada em 2012 e presente em 13 estados brasileiros, a Rede é formada por mais de 500 pessoas - entre profissionais e gestores em saúde, de outros setores, ativistas, acadêmicos e parceiros da iniciativa privada - que atuam por meio de 12 comitês estaduais e um fórum.

Os comitês da tuberculose são instâncias colegiadas e representam um espaço ímpar de articulação, debate democrático e construção de pontes entre governo e sociedade civil. Essa iniciativa é considerada como uma estratégia essencial para o fortalecimento da participação social na resposta à tuberculose no Brasil e nos territórios de atuação desses grupos.

Nossa atuação já fomentou diversas iniciativas de base comunitária, ações de comunicação e educação em saúde e estratégias de mobilização social e advocacia política. Estamos presentes em diversas frentes, sendo a garantia de direitos e proteção social da pessoa e da família afetada pela tuberculose um dos principais eixos de nossa agenda política.

Afirmamos nosso compromisso com o fortalecimento das políticas públicas em saúde, assistência social e enfrentamento da tuberculose e convidamos Vossa Excelência a conhecer nosso trabalho:

<https://www.redebrasileiradecomites.com/>

https://www.gov.br/aids/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/2022/rede-de-comites-internet_04-05.pdf/view

<https://www.youtube.com/watch?v=LDtS6uva8IA&feature=youtu.be>

Certos de seu engajamento na garantia do direito à saúde, conforme estabelecido na Constituição, e esperançosos da liderança de alto nível que nossos governantes e políticos podem exercer para que a tuberculose e os desafios da crise sanitária e social presente em nosso país sejam superados, gostaríamos de seu apoio nas seguintes pautas:

- Ampliação dos investimentos em tuberculose e suas comorbidades, em especial considerando o orçamento da união para os próximos anos. Tendo em vista os contingenciamentos sofridos pelo orçamento da saúde e de setores-chave em 2022 - que impactaram na sustentabilidade do enfrentamento da tuberculose - é preciso que se esteja comprometido com a garantia de recursos financeiros.
- Ainda no tema dos investimentos, se mostra essencial a revogação instrumentos legais como a EC 95/2016, superando o sucateamento e sobrecarga do sistema de saúde e a dificuldade no enfrentamento das doenças infecto-contagiosas, entre outros;
- Redefinição do atual modelo de Atenção em saúde, buscando melhoria da resposta nos diferentes níveis da área;
- Destinação de recursos e suporte técnico à Rede Brasileira de Comitês de Tuberculose enquanto organizadora do processo a nível nacional;
- Implementação de políticas públicas afirmativas e étnicas que propiciem acolhimento e atendimento das várias populações vulneráveis, prioritariamente atingidas pelas doenças;
- Revisão dos termos do Programa de Assistência alimentar e nutricional, contemplando as necessidades alimentares vivenciadas pelos doentes de tuberculose e coinfeção TB/HIV;
- Promoção de pactuações e ações intersectoriais entre as áreas da saúde, assistência social, direitos humanos e outras, que visem suprir deficiências e contribuam para minorar as dificuldades das populações, prioritariamente em vulnerabilidade social;

- Cumprimento da legislação relativa à participação e controle social sobre as políticas públicas, retomando espaços instituídos de discussão e proposição de alternativas para o enfrentamento das doenças e ações de base comunitária;
- Promoção de incorporação de novas tecnologias, garantia de seus devidos insumos e realização de pesquisas relacionadas à tuberculose e a coinfeção TB/HIV que venham a contribuir para o seu enfrentamento.